

## RESENHA

**O OLHAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA DA CRIANÇA: PHC e Construtivismo***Alessandra de Sousa dos Santos*<sup>100</sup>*José Leite dos Santos Neto*<sup>101</sup>*Rhaysa Moraes de Lima*<sup>102</sup>

---

MARTINS, L. M.; MARSIGLIA, A. C. G. **As perspectivas construtivista e histórico-crítica sobre o desenvolvimento da escrita**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

---

No livro “As perspectivas construtivista e histórico-crítica sobre o desenvolvimento da escrita”, as autoras Lígia Márcia Martins, professora Livre-docente da UNESP e Ana Carolina Galvão Marsiglia, professora da UFES, estabelecem uma comparação entre o processo de ensino e aprendizagem da linguagem escrita nas perspectivas construtivista e histórico-crítica, consideram a importância desta prática social e entendem que há um problema referente a esta questão que perpassa pela escola, uma vez que a alfabetização deve visar à humanização dos sujeitos e ultrapassar a ideia de apenas troca de experiências por entender que a educação de qualidade deve atender às lutas da classe trabalhadora envolvendo a qualidade da formação dos alunos. A obra está organizada em dois capítulos: Marcos referenciais da perspectiva construtivista e da psicologia histórico-cultural e A alfabetização para o construtivismo e para a psicologia histórico-cultural/pedagogia histórico-crítica (PHC).

O construtivismo pautado nos estudos de Piaget toma como base o método positivista lógico formal, visando uma análise genética e funcional. As autoras apontam que Piaget deixou de lado o conceito de trabalho na perspectiva marxista, na qual o trabalho é atividade humana e que difere o homem dos outros animais, sendo uma atividade mediada que se vale de meios e ferramentas para estabelecer a relação entre sujeito e objeto. Nas palavras das autoras “A nosso juízo, resulta evidente que Piaget dedicou atenção à relação indivíduo-sociedade, mas reduziu essa relação às interações, nas quais inexistente prevalência de uns

---

<sup>100</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: aledesousa9@gmail.com

<sup>101</sup> Doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo. E-mail: jneto@ufscar.br

<sup>102</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: rhaysaml@hotmail.com

determinantes sobre outros. (p.25).” Já Vigotski explicita os signos como marco fundante que distingue os modos de funcionamentos naturais e modos instrumentais e culturais. O primeiro é resultante de um processo evolutivo comum a homens e animais, o segundo é resultado histórico e especificamente humano.

O processo de alfabetização da teoria construtivista, se baseiam nos estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, fundamentados na teoria piagetiana de aprendizagem, isto é, consideram a epistemologia genética para explicar como se constitui o processo de alfabetização na criança. Deste modo o conhecimento se dá por meio dos esquemas assimilativos do sujeito, pelos processos de assimilação (incorporação de uma experiência) e acomodação (ajustamento do organismo aos novos elementos).

Ferreiro e Teberosky utilizam o método de indagação para analisar o processo de evolução das hipóteses de escrita na criança, que se inicia quando a criança escreve de forma aleatória, sem a separação entre desenhos, letras e números e percebem a impossibilidade de se escrever com uma só letra e a necessidade de letras diferentes para escrever as palavras, denominado fase pré-silábica e a criança não faz relação grafema-fonema em sua escrita; na etapa seguinte a criança inicia a relação som e quantidade de letras que utiliza nesta hipótese chamada de silábica sem valor sonoro a criança atribui, ainda de forma aleatória, uma letra para cada sílaba. Em um nível mais avançado a hipótese de escrita silábica ganha valor sonoro, quando é atribuído um vínculo ao fonema que ela representa. A hipótese silábica-alfabética é última etapa das escritas silábicas nesta hipótese a criança oscila ora utilizando a sílaba completa ora utilizando apenas uma letra para cada sílaba. A hipótese alfabética é alcançada quando a escrita da criança alcança um nível de legibilidade, mesmo com erros ortográficos a serem vencidos posteriormente.

A análise da variabilidade da aprendizagem conforme o contexto social apresentado nas pesquisas de Ferreiro e Teberosky levaram as autoras a interpretar que as crianças de classes sociais mais baixas chegam a escola com menos conhecimentos que aquelas da classe média, porém no que diz respeito às condutas de aprendizagem não encontraram diferenças entre as crianças das classes sociais pesquisadas. Martins e Marsíglia criticam o resultado da pesquisa, apesar de concordarem que não há condutas exclusivas de um grupo ou outro, para as autoras as crianças que tiveram maior acesso à cultura, quando forem alfabetizadas terão maior domínio e escreverão de forma mais rápida. Essa afirmação não quer dizer que a

criança aprende apesar da escola, e sim que é na escola que a classe trabalhadora terá acesso aos bens culturais, já para o construtivismo os conhecimentos podem ser aprendidos espontaneamente e o educador deve funcionar como um apresentador que possibilitará a criança que ela pense e descubra por si, desvalorizando assim a função do professor.

Sobre a alfabetização para Pedagogia Histórico-Crítica, as autoras apresentam os aspectos do desenvolvimento da escrita a partir da psicologia histórico-cultural, pensando em uma prática pedagógica de alfabetização e apontam as etapas do desenvolvimento, suas características e considerações sobre o trabalho pedagógico. As autoras se fundamentam em Luria para explicar as etapas de desenvolvimento da criança.

Na etapa pré-linguística a linguagem oral principia como mera reação vocal, linguagem e pensamento desenvolvem-se independentemente, a cada objeto a criança assimila que uma palavra o denomina, e que essa palavra é uma extensão desse objeto. Com o avanço do seu desenvolvimento, vai convertendo a imagem do objeto em signo. A etapa linguística-fonética desenvolve-se até os dois anos e marca os primórdios da interconexão entre linguagem e pensamento, inicia-se então uma nova forma de comportamento, exclusivamente humana. Por volta dos três anos de idade a criança descobre a função social dos símbolos e por meio de relações intersíquicas e percebe que os adultos escrevem e se lança ao desafio de escrever imitando o adulto, essa fase é chamada de pré-instrumental, essa escrita não tem função mnemônica e nem significado. A função do professor nessa fase é atuar na área de desenvolvimento eminente da criança e provocá-la a superar a imitação, fazendo com que utilizem os registros gráficos como meio e que esses lhe auxiliem a recordar algo e assim assumam uma função de operação psicológica.

As autoras enfatizam a importância da seleção dos conteúdos, recursos, procedimentos e formas de avaliação, endossam a noção de clássico da pedagogia histórico-crítica para seleção dos conteúdos. Não pretendem reinventar formas de ensino e sim dar clareza quanto à qualidade dos meios escolhidos e conhecimentos teóricos necessários para sustentar uma pedagogia marxista.

Na fase atividade gráfica diferenciada entre os 4 e 5 anos, a criança utiliza registros gráficos para lembrar sentenças ditadas, começa a existir um rabisco que tem função auxiliar de um signo. Importante nessa fase a introdução de elementos como quantidades, cores, tamanhos e formas, e em consequência, o professor deve garantir ao aluno o

conhecimento matemático introduzindo contagens, quantidades, grandezas e medidas, que terão expressão essencial no desenvolvimento da escrita, devem também ser introduzidos nesse momento os números e as primeiras letras. As atividades de produção da criança são importantes, pois possibilitarão a passagem da atividade gráfica diferenciada para a pictográfica. A escrita pictográfica apresenta-se por volta dos 5 e 6 anos e a criança já desenha com destreza mas não relaciona o desenho a escrita. Cabe ao professor desenvolver ações que auxiliem para que o desenho se torne o símbolo do signo. E em seguida, superar o desenho como técnica de escrita e substituí-lo pela escrita simbólica. A atuação do professor na área de desenvolvimento iminente propondo ações com grau de dificuldade maior do que o já solicitado. O aluno passa a desenvolver operações que lhe assegurem a internalização do sistema de escrita, tornando-o desenvolvimento efetivo.

Por volta dos 6 e 7 anos a criança encontra-se na fase da escrita simbólica é a transição entre as formas primitivas de leitura e escrita e a do domínio das formas culturais complexas de expressar-se graficamente. As ações do professor devem complexificar ainda mais as exigências, avançando para a produção de textos com lacunas. Na fase da escrita simbólica inicial a criança deve fazer o uso da escrita dentro do sistema socialmente estabelecido sem recorrer a marcas e desenhos.

A diferença fundamental entre as duas teorias é o papel do professor. No construtivismo o professor tem papel de apresentador dos conteúdos que auxiliem o aluno, na PHC a ação do professor é fundamental para o avanço da aprendizagem da criança. São as provocações feitas pelo professor adequadas a cada fase do desenvolvimento que contribuem para que o aluno avance em sua aprendizagem. Outro aspecto diz respeito a ortografia correta das palavras, para o construtivismo, a escrita convencional vai se produzindo no decorrer do processo de alfabetização, muitas vezes, parecem ser colocadas em segundo plano, enquanto para a PHC as fases da língua devem ser ensinadas no processo de alfabetização.

Para as autoras a concepção de ensino linear deve ser refutada e que o professor tem a tarefa de nortear o ensino de maneira que garanta a apropriação da escrita como um instrumento cultural complexo, ultrapassando a execução mecânica e a alfabetização inundada de erros ortográficos e repertório linguístico restrito. Discutem também o emprego do termo letramento, pois para elas, letramento nada mais é do que uma parte que está contida no processo de alfabetização.



Sobre as contribuições da neurociência e da literatura infantil para o processo de desenvolvimento da escrita, está o entrelaçamento entre o aporte biológico e o acervo cultural como promotores do desenvolvimento humano e ainda destacam a importância da literatura infantil nos processos de aprendizagem da leitura e da escrita, pois a mesma traz dificuldades e possíveis soluções, retrata problemas humanos e permite aos indivíduos a ampliação de sua consciência. A literatura infantil também provoca a criança a fazer questionamentos, motivando-a a aumentar o seu repertório de conceitos, pois, o desenvolvimento das capacidades intelectuais não ocorre sem a apropriação dos saberes históricos.

**Recebida em: Abril de 2016**

**Aceita em: Junho de 2016**

